Direitos Sexuais e Reprodutivos: Aspectos Jurídicos

Colabordador: Anderson Peixoto

Ocorreu no dia 29 de junho, mais uma edição do programa Roda de Conversa. Esta, por sua vez, abordou o tema Direitos Sexuais e Reprodutivos: Aspectos Jurídicos. A iniciativa visa levar a uma reflexão de nossas práticas e aprimorar o desenvolvimento de ações do cuidado integral à Saúde da Mulher na Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

O programa que em seu formato possui três blocos, contou no primeiro, com a participação de Adalberto Kiochi Aguemi; coordenador da Área Técnica da Saúde da Mulher da SMS, e Claudia Aoun Tannuri, membro do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM), da Defensoria Pública Do Estado De São Paulo.

Os profissionais convidados explicaram que, os direitos sexuais e reprodutivos, assim como diversos outros, são garantidos pela constituição e devem ser exercidos. De acordo com Claudia, podem-se definir direitos sexuais como aqueles “relacionados ao exercício da sexualidade”, enquanto os direitos reprodutivos são entendidos como “direito em relação à escolha em número de filhos, sobre ter ou não filhos e em que momento da vida”. Assim sendo, tais direitos tem relação direta com a saúde, e segundo Aguemi, nesse aspecto, são assegurados e vem se desenvolvendo a nível federal por meio do SUS. Um exemplo disso é a disponibilidade de variados tipos de métodos anticoncepcionais.

Já o segundo bloco contou com a participação de Ana Lúcia Cavalcanti, assessora da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres e Elaine Aparecida de Oliveira, psicóloga na Assessoria técnica da Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste. O assunto discutido foi a “Interface das ações para a promoção dos direitos reprodutivos: políticas jurídicas e de cuidado integral à saúde da mulher, e também como a Política de Educação Permanente vem contribuindo para essa discussão”.

Elaine citou algumas ações realizadas na região Sudeste, como a parceria com a Secretaria de Políticas Para as Mulheres, iniciada com um seminário de sensibilização sobre o tema, para cerca de 200 profissionais, seguida por uma Roda de Conversa realizada na EMS. “Foi muito importante para os profissionais iniciarem uma discussão quanto à violência de gênero”, destacou a profissional. Já Ana relatou algumas dificuldades encontradas relacionadas ao acesso a métodos contraceptivos e aborto em alguns casos, e principalmente quando as instituições carregam cunho religioso, que “prejudicam as mulheres, não respeitando suas necessidades” disse, “isso é muito grave, a lei não é respeitada” concluiu.

O terceiro e último bloco contou com a participação de todos os convidados e foi aberto a questões do público, uma delas levantou a relação entre as usuárias de drogas e métodos contraceptivos. De acordo com Aguemi, tais casos devem ter atenção especial, e o ideal é a implantação de métodos de longa duração, que duram cerca de três anos. Outros casos em que os métodos de longa duração podem ser mais adequados são em adolescentes e portadores de HIV, segundo o profissional.

O programa Roda de Conversa, como instrumento de educação permanente é parte integrante da Tele-educação do Programa Telessaúde Redes do Município de São Paulo e tem como objetivo levar ao debate temas de interesse dos profissionais da Saúde do município de São Paulo, visando a reflexão de nossas práticas e assim, aprimorar o desenvolvimento de ações do cuidado a saúde integral da população.

Confira o programa na íntegra:

1° Bloco

2° Bloco

3° Bloco